

NOVA REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA?

O Governo entregou na Sexta-feira passada aos órgãos de comunicação social o Relatório da Comissão para o Estudo da Revisão de Carreiras e Remunerações.

Às organizações sindicais **provavelmente** entregá-lo-á hoje!

Do que temos lido e ouvido:

- a) O Governo quer negociar... mas **entretanto** os trabalhadores e as suas organizações são os últimos a saber o que o Governo projecta;
- b) O Governo diz que são muitos os trabalhadores e que há que reduzir o seu número. **Entretanto** Portugal é o País da UE com menor número de trabalhadores na Administração Pública em relação à população activa;
- c) O Governo aponta ainda para a precarização dos vínculos laborais e ligar as carreiras e as remunerações à avaliação do desempenho.

Ora o STE preocupa-se:

- Com a perspectivada **precarização das relações laborais**, porque é a independência dos Serviços Públicos que fica a perder e, conseqüentemente, todos os Portugueses;
- Com o facto de **nada se dizer quanto ao controlo dos Serviços e a transparência do seu funcionamento**:
 - O Governo divulgou o número de trabalhadores mas não sabe onde param 27 mil. **Como é isto? A Comissão não tem um "remédio" para isto?**
 - Pretende-se uma **avaliação dos trabalhadores**, que também desejamos, mas não se aponta o que quer que seja para a avaliação dos Serviços e dos seus dirigentes;
- d) Concluimos que o Governo tem a Comissão que nomeou a explicitar as conclusões que o Governo também já tinha assumido, tudo de novo a

apontar para os trabalhadores **quando são os Governos os responsáveis pelo estado a que chegámos.**

Para as políticas e a falta de controlo e transparência parece que não há remédio!

O STE vai aguardar os projectos que o Governo entender apresentar, disponibilizando-se para uma negociação séria.

A ver vamos qual será a disposição negocial do Governo.

LISBOA, 2006-09-25

A DIRECÇÃO